



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVI — N.º 2

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 12 DE JANEIRO DE 1961

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais.

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 25, 26 e 27 do mês em curso, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecer dos seguintes vetos presidenciais:

Dia 25, às 21 horas

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei (nº 2.275, de 1960, na Câmara e nº 91, de 1960 no Senado) que dispõe sobre os novos níveis de vencimentos dos funcionários civis do Poder Executivo e da outras providências.

Dia 26, às 21 horas

Veto presidencial (total) ao Projeto de Lei (nº 4.959, de 1954, na Câmara e nº 107, de 1959, no Senado) que cria, no Ministério da Marinha, os quadros complementares dos Corpos da Armada, Fuzileiros Navais e Intendentes da Marinha.

Dia 26, às 22,30 horas

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei (1.830 de 1960, na Câmara e nº 87, de 1960, no Senado) que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1961.

Dia 27, às 21 horas

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.797, de 1960, na Câmara e nº 84, de 1960, no Senado) que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 130.000.000,00 para ocorrer às despesas com a transferência daquele Tribunal para Brasília.

Dia 27, às 22,30 horas

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei (nº 1.797, de 1960, na Câmara e nº 54, de 1960, no Senado) que dispõe sobre a entrega de autos aos advogados e da outras providências.

Senado Federal, em 10 de janeiro de 1961.

Senador FILINTO MÜLLER

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

MESA

Presidente: João Goulart (Vice-Presidente da República).
Vice-Presidente: Senador Filinto Müller.
1º Secretário: Senador Cunha Mello.
2º Secretário: Senador Freitas Calvalcanti.
3º Secretário: Senador Gilberto Marinho.
4º Secretário: Senador Novais Filho.
1º Suplente: Senador Mathias Olympio.
2º Suplente: Senador Heribaldo Vieira.

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Da Maioria

Líder — Moura Andrade (P.S.D.)
Vice-Líderes
Victorino Freire (P.S.D.)
Lima Teixeira (P.I.B.)
Teófilo de Mello (P.S.D.)
Lobão da Silveira (P.S.D.)
Paulo Pender (R.I.B.)

Da Minoria

Líder: João Villasboas (UDN).
Vice-Líderes:
Rui Palmeira (UDN)
Afonso Arinos (UDN)
Daniel Krieger (UDN).

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Benedito Valladares
Vice-líder: Gaspar Velloso.

SENADO FEDERAL

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Argemiro de Figueiredo
Vice-líderes: Vivaldo Lima — São Ramos e Arlindo Rodrigues

DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder: João Villasboas.
Vice-líder: Rui Palmeira.

DO PARTIDO LIBERADOR

Líder: Otávio Mangabeira.
Vice-líder: Novaes Filho.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Atilio Vivacqua.
Vice-líder: Mendonça Clark.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Jorge Maynard.

Comissões Permanentes

Comissão Diretora

Filinto Müller — Presidente
Cunha Mello
Freitas Calvalcanti
Gilberto Marinho
Novaes Filho
Mathias Olympio
Lobão da Silveira.
Secretário: Evandro Mendes Viana
Diretor Geral, substituto.

Comissão de Constituição e Justiça

TITULARES
Lourival Fontes — Presidente
Daniel Krieger — Vice-Presidente
Menezes Pimentel
Silvestre Fricles

Jetterson de Aguiar
Ruy Carneiro
Caetano de Castro
Argemiro de Figueiredo
Rui Palmeira
Milton Campos
Atilio Vivacqua

SUPLENTE

PSD:

1º Gaspar Velloso
2º Jarbas Maranhão
3º Francisco Gaudeti
4º Ari Viana

PTB:

1º Mourão Vieira
2º Barros Carvalho
3º Lima Teixeira

UDN:

1º Afonso Arinos
2º João Arruda
3º João Villasboas
Secretária: Maria do Carmo Rondor
Ribeiro Saraiva. Oficial Legislativo.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16,30 horas.

Comissão de Economia

TITULARES

Ari Viana — Presidente
Fernandes Fávora — Vice-Presidente
Alô Guimarães
Lobão da Silveira
Lima Teixeira
Leonidas Melo
Guido Mondim
João Parente
Sérgio Marinho

SUPLENTE

PSD:

1º Eugênio Barros
2º Jetterson de Aguiar
3º Mendonça Clark (de PR)

PTB:

1º Argemiro de Figueiredo
2º Fausto Cabral
3º Nelson Maculan (*)

UDN:

1º Reginaldo Fernandes
2º Fernando Corrêa
3º Irmã Bornhausen
Secretária: Romilda Duarte, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16,30 horas.

Comissão de Educação e Cultura

TITULARES

Padre Calazans — Vice-Presidente
Jarbas Maranhão
Paulo Fernandes
Barros Carvalho — Presidente (licenciado)
Saulo Ramos
Reginaldo Fernandes
Mem de Sá

SUPLENTE

PSD:

1º Lobão da Silveira
2º Sebastião Archer

PTB:

1º Lima Teixeira
2º Leonidas Melo (*)

(*) Substituído temporariamente pelo Sr. Antonio Baltar.

UDN:

1º Afonso Arinos
2º Milton Campos

PL:

Otávio Mangabeira
Secretária: Oiza José Muniz de Melo
Oficial Legislativo.
Reuniões: Quarta-feira, às 16 horas.

Comissão de Finanças

TITULARES

Ari Viana
Gaspar Veloso — Presidente
Vivaldo Lima — Vice-Presidente
Francisco Gallotti
Vitorino Freire
Taciano de Melo
Jorge Maynard
Calado de Castro
Barros Carvalho
Saulo Ramos
Fernando Távora
Daniel Krieger
Irineu Borhausen
Fernando Corrêa
Dix-Huit Rosado
Mem de Sá

SUPLENTE

PSD:

1º Menezes Pimentel
2º Jefferson de Aguiar
3º Ruy Carneiro
4º Jarbas Maranhão
5º Eugênio Barros
6º Silvestre Pericles

PTB:

1º Nelson Maculan
2º Arlindo Rodrigues
3º Guido Mondim
4º Paulo Fender
5º Lima Teixeira

UDN:

1º Milton Campos
2º Padre Calazans
3º Rui Palmeira
4º Coimbra Bueno
5º João Arruda

PL:

Otávio Mangabeira
Secretário: Renato Chermont, Oficial Legislativo.
Reuniões: Terça-feira, às 15 horas.

Comissão de Legislação Social

TITULARES

Lima Teixeira — Presidente
Ruy Carneiro — Vice-Presidente
Lino da Silveira
Menezes Pimentel
Calado de Castro
Paulo Fender
Irineu Borhausen
João Arruda

SUPLENTE

PSD:

1º Ari Viana
2º Francisco Gallotti
3º Sebastião Archer

PTB:

3º Miguel Couto
1º Lourival Fontes
2º Vivaldo Lima

UDN:

1º Dix-Huit Rosado
2º Padre Calazans
Secretário: José Soares de Oliveira
Filho, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quarta-feira, às 16,30 horas.

Comissão de Redação

TITULARES

Alexandre de Figueiredo — Presidente
Sebastião Archer — Vice-Presidente
Substituto temporariamente pelo Sr. Antonio Baltar (6-7-60).

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 39,00
Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Ari Viana
Afonso Arinos
Padre Calazans
Fausto Cabral.

SUPLENTE

PSD:

1º Menezes Pimentel
2º Ruy Carneiro

PTB:

Lourival Fontes

UDN:

1º Daniel Krieger
2º Joaquim Parente
Secretária: Vera de Alvarenga Mafra, Oficial Legislativo.
Reuniões: Terça-feira, às 15 horas.

Comissão de Relações Exteriores

TITULARES

Afonso Arinos — Presidente
Benedito Valadares — Vice-Presidente
Gaspar Veloso
Paulo Fernandes
Lourival Fontes
Miguel Couto
Vivaldo Lima
Rui Palmeira
Mem de Sá

SUPLENTE

PSD:

1º Menezes Pimentel
2º Jefferson de Aguiar
3º Lobão da Silveira

PTB:

1º Alexandre de Figueiredo
2º Fausto Cabral
3º Vago

UDN:

1º Milton Campos
2º João Arruda
Secretário: João Batista Castelon

PL:

Otávio Mangabeira
Branco, Oficial Legislativo.
Reunião: Quarta-feira, às 16,30 horas

Comissão de Saúde Pública

TITULARES

Reginaldo Fernandes — Presidente
Alô Guimarães — Vice-Presidente
Pedro Ludovico
Miguel Couto
Paulo Fender

SUPLENTE

PSD:

1º Taciano de Melo
2º Eugênio Barros

PTB:

1º Vivaldo Lima
2º Saulo Ramos

UDN:

Fernando Corrêa
Sérgio Marinho
Secretária: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues — Oficial Legislativo.
Reuniões: Quarta-feira, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

TITULARES

Jefferson de Aguiar — Presidente
Calado de Castro — Vice-Presidente
Pedro Ludovico
Jarbas Maranhão
Arlindo Rodrigues

SUPLENTE

PSD:

1º Francisco Gallotti
2º Ruy Carneiro
3º Taciano de Melo

PTB:

1º Saulo Ramos
2º Lima Teixeira

UDN:

1º Fernandes Távora
2º Dix-Huit Rosado
Secretária: Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quarta-feira, às 16 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

TITULARES

Daniel Krieger — Presidente
Jarbas Maranhão — Vice-Presidente
Ari Viana
Calado de Castro
Nelson Maculan
Joaquim Parente
Mem de Sá

SUPLENTE

PSD:

1º Ruy Carneiro
2º Mendonça Clark (do PR)

PTB:

1º Leônidas Melo
2º Guido Mondim

UDN:

1º Coimbra Bueno
2º Padre Calazans

PL:

Otávio Mangabeira
Secretária: Italina Cruz Alves — Oficial Legislativo.
Reuniões: Sexta-feira, às 16 horas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

TITULARES

Francisco Gallotti — Presidente
Joaquim Parente — Vice-Presidente
Eugênio Barros
Nelson Maculan
Coimbra Bueno

SUPLENTE

PSD:

1º Ari Viana
2º Vitorino Freire

PTB:

Barros Carvalho

UDN:

1º Sérgio Marinho
2º João Arruda
Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quarta-feira, às 16 horas.

ATA DA 2ª SESSÃO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª LEGISLATURA, EM 11 DE JANEIRO DE 1961

PRESENCIA DOS SRS. FILINTO MULLER E GILBERTO MARINHO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Mourão Vieira — Vivaldo Lima — Zacharias de Assumpção — Lobão da Silveira — Vitorino Freire — Sebastião Archer — Eugênio Barros — Mendonça Clark — Joaquim Parente — Menezes Pimentel — Sérgio Marinho — Dix-Huit Rosado — Ruy Carneiro — Novais Filho — Antônio Baltar — Ruy Palmeira — Silvestre Pericles — Heriberto Vieira — Aloisio de Carvalho — Ary Vianna — Paulo Fernandes — Arlindo Rodrigues — Calado de Castro — Gilberto Marinho — Benedito Valadares — Nogueira da Gama — Moura Andrade — Lino de Mattos — Pedro Ludovico — Coimbra Bueno — João Vilasboas — Filinto Müller — Fernando Corrêa — Alô Guimarães — Gaspar Velloso — Nelson Maculan — Francisco Gallotti — Saulo Ramos — Guido Mondim — (38).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 38 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Val se lida a ata.

O Sr. 1º Suplente, servindo de 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 4º Secretário, servindo de 1º, lê o seguinte:

EXPEDIENTE**Ofício:**

Do Supremo Tribunal Federal, nos seguintes termos:

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**Ofício nº 8.**

Em 5 de janeiro de 1961.

Senhor Presidente:

A fim de instruir o Mandado de Segurança nº 8.505, impetrado pelo Dr. Mário Pinotti contra ato do Senado Federal, solicito de V. Ex.ª, com a máxima urgência e dentro do prazo regulamentar, as necessárias providências no sentido de me serem fornecidas as informações sobre as alegações constantes da petição inicial cuja cópia segue junto.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex.ª os meus protestos de estima e alta consideração.

— Ministro Villas Boas.

Exmo. Sr. Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal:

O Dr. Mário Pinotti, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado no Estado da Guanabara, vem, sob o amparo do art. 141, § 24, da Constituição Federal e art. 1º, da Lei nº 1.533, de 1951, impetrar Mandado de Segurança contra o ato do Senado Federal que decidiu não convocar o impetrante como suplente de senador pelo Estado do Pará, eleito pelo Partido Social Democrático, em virtude de licença do titular do mandato efetivo, violando seu direito líquido e certo consagrado no art. 52, combinado com o § 4º, do art. 60, da Constituição Federal, tudo pelas razões e para os fins adiante expostos:

A Competência do Poder Judiciário

I — "A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual".

(Constituição Federal, art. 141, § 4º).

Somente as questões ditas exclusivamente políticas podem evadir-se ao conhecimento do Poder Judiciário, vale dizer, aqueles atos administrativos que não alcancem direitos individuais explicitamente reconhecidos, consoante a feliz definição de Senbra Fagundes, distinguindo o ato político do ato estritamente político, explicando:

"Ato político, mas não estritamente político, é a cassação de mandato de deputado ou senador. Político pelo sentido, interfere, no entanto, com direito subjetivo (direito ao exercício do mandato) ("O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário", 3ª ed. Rev. For., 1957, pág. 187, nota 8).

A lição, aliás, já era a do grande Ruy, com a sua peculiar clareza:

"Atos políticos do Congresso ou do Executivo, na acepção que esse qualificativo traduz exceção à competência da Justiça, consideram-se aqueles a respeito dos quais a lei confiou a matéria à discricionariedade prudencial do poder e o exercício dela não lesa direitos constitucionais do indivíduo. Em prejuízo destes, o direito constitucional não permite arbitrio a nenhum dos poderes".

(Com. Const. Fed., col. e ord. por Homero Pires, ed. 1933, vol. IV, pág. 192).

Por isso, originário do Senado Federal, e ato impugnado, conquanto seja político, não o é estritamente, vez que incide sobre direito de natureza constitucional assegurado ao impetrante, consubstanciando lesão de direito individual, atendendo ao pressuposto constitucional de apreciação pelo Poder Judiciário.

Aliás, a hipótese já tem precedente nesta Col. Corte, no célebre caso do impedimento do Presidente João Café Filho, onde foi admitida a apreciação do ato do Congresso Nacional pelo Poder Judiciário, apesar de seu aspecto político, por incidir na esfera de direitos individuais.

Tratando-se de ilegalidade, afetando direito líquido e certo do impetrante, é indispensável que o mandado de segurança constituía-se em instrumento hábil para a impugnação.

Histórico

II — O impetrante é suplente de Senador pelo Estado do Pará, eleito pelo P. S. Democrático, possuindo o respectivo diploma, expedido pelo Tribunal Regional daquele Estado, sem impugnação ou recurso de quem quer que seja, desde o registro da candidatura até à expedição do diploma.

Posteriormente, o Partido Social Progressista requereu o registro do impetrante como candidato a suplente do seu candidato a senador, ao que se opôs o Partido Socialista Brasileiro, cuja impugnação foi rejeitada pelo Tribunal Regional Eleitoral e acolhida pelo Egrégio Tribunal Superior Eleitoral, por via de recurso apropriado, pretendendo-se estender os efeitos daquele julgamento, após as eleições e respectiva diplomação, ao registro antes deferido ao Partido Social Democrático. Dessa decisão foi interposto, pelo impetrante, recurso ordinário para este Pretório Excelso.

Vale ressaltar, para que o absurdo não fique sem a devida ressalva, que, apesar do sistema partidário previsto na lei para a eleição de suplente de senador (art. 60, § 4º, da Constituição Federal e art. 52, do Código Eleitoral), o Partido Social Democrático, sob cuja legenda foi eleito o impetrante, não tem e jamais teve, qualquer ciência daquela impugnação e demais incidentes processuais.

Isto posto, licenciando-se o senador de quem o impetrante é suplente, o Senado Federal, por ato publicado no "Diário do Congresso" datado de 28 de outubro de 1960, entendeu de não convocá-lo à substituição, porque a validade de sua eleição era objeto daquele litígio.

O Direito líquido e certo

III — Embora no ato impugnado não se revele propósito de desrespeito ao direito de terceiros, não é possível a sua subsistência, por implicar violação a direito individual assegurado em lei e representado por um diploma conferido pela própria Justiça, cuja validade não pode sofrer contestação pelo simples fato da existência daquele litígio, vez que não existe decisão transitada em julgado, condição essencial à exigibilidade dos acordãos da Justiça Eleitoral, nos termos do art. 166, do Código Eleitoral.

"A execução de qualquer acórdão só poderá ser feita após o seu trânsito em julgado".

Por isso, enquanto não se configurar a coisa julgada, obviamente, há de prevalecer o diploma expedido ao impetrante pela própria Justiça Eleitoral. Obstáculo intransponível, portanto, à formação da coisa julgada, constitui a interposição de recurso

ordinário contra a decisão do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral.

IV — A vista do exposto, requer o impetrante seja notificada a autoridade responsável, a fim de, no prazo de cinco (5) dias, prestar as informações que entender necessárias, prosseguindo-se até final, na forma da lei, quando deverá ser deferida a ordem para assegurar ao impetrante o pleno exercício do seu direito de convocação como suplente de Senador pelo Estado do Pará, todas as vezes que se configurar uma das hipóteses de substituição previstas em lei.

Termos em que,
P. deferimento.
Brasília, 4 de janeiro de 1961. —
Ruy Cesar Nunes Pereira.

O SR. PRESIDENTE:

Vão ser lidos diversos requerimentos de informações, de autoria do Sr. João Villasboas.

São lidos e deferidos os seguintes:

Requerimento n. 2, de 1961

Sr. Presidente

Requeiro sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Agricultura as seguintes informações:

1º qual a produção anual do trigo, no Brasil, a partir de 1945;
2º qual o preço fixado para o trigo nacional no ano de 1961;
3º qual a taxa cambial em relação ao dólar para a importação de trigo;
4º qual a tonagem de trigo importado, anualmente a partir de 1945.

Sala das Sessões do Senado Federal, 11 de janeiro de 1961. — Senador João Villasboas.

Requerimento n. 3, de 1961

Sr. Presidente

Requeiro sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Agricultura as seguintes informações:

1º qual a produção anual de borracha, no Brasil, a partir de 1945;
2º qual o preço fixado para a borracha nacional no ano de 1961;
3º qual a taxa cambial em relação ao dólar para a importação de borracha;
4º qual a tonagem da borracha importada, anualmente, a partir de 1945.

Sala das Sessões do Senado Federal, 11 de janeiro de 1961. — Senador João Villasboas.

Requerimento n. 4, de 1961

Sr. Presidente

Requeiro sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Educação e Cultura as seguintes informações:

1º O inteiro teor da Lei Decretal ou outro ato legislativo ou administrativo que criou o Instituto Superior de Estudos Brasileiros — ISEB —;
2º O inteiro teor do ato legislativo ou administrativo que deu origem ao ISEB, criando o seu corpo de professores e o seu quadro de funcionários e lhes estabelecer os respectivos vencimentos ou gratificações;

3º por que dotação orçamentária são realizadas as despesas com a manutenção do ISEB e a quanto montam anualmente essas despesas, em pessoal e material, separadamente;
4º se o ISEB tem patrimônio próprio quais as respectivas espécies, por que verbas foram adquiridas.

Sala das Sessões do Senado Federal, 11 de janeiro de 1961. — Senador João Villasboas.

Requerimento n. 5, de 1961

Sr. Presidente

Requeiro sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas as seguintes informações:

1º quantas admissões de empregados foram feitas no Lloyd Brasileiro a partir de 1º de julho de 1960 até 31 de dezembro do mesmo ano;
2º quais os nomes dos admitidos, forma da admissão, cargos e funções a que tais admissões se destinaram e quais os vencimentos mensais desses cargos ou funções;
3º quais dessas admissões se destinaram a preencher vagas já existentes no quadro funcional do Lloyd Brasileiro, quais a novos cargos e quando e por quem foram estes criados;
4º quais dessas admissões foram autorizadas pelo Presidente da República e quais as que não o foram.

Sala das Sessões do Senado Federal, 11 de janeiro de 1961. — Senador João Villasboas.

Requerimento n. 6, de 1961

Sr. Presidente:

Requeiro sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Agricultura as seguintes informações:

1º quantas admissões de funcionários foram feitas no Serviço de Proteção aos Índios — S.P.I., em todo o Brasil, a partir de 1º de julho de 1960 até 31 de dezembro do mesmo ano;
2º quais os nomes dos admitidos, forma da admissão, cargos e funções a que tais admissões se destinaram e quais os vencimentos mensais desses cargos e funções;
3º quais dessas admissões se destinaram a preencher vagas já existentes no quadro funcional do Serviço de Proteção aos Índios, quais a novos cargos e quando e por quem foram estes criados;
4º quais dessas admissões foram autorizadas pelo Presidente da República e quais as que não o foram.

Sala das Sessões do Senado Federal, 11 de janeiro de 1961. — Senador João Villasboas.

Requerimento n. 7, de 1961

Sr. Presidente:

Requeiro sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Agricultura as seguintes informações:

1º quantas admissões de funcionários foram feitas no Instituto Nacional de Imigração e Colonização — INIC, em todo o Brasil, a partir de 1º de julho de 1960 até 31 de dezembro do mesmo ano;
2º quais os nomes dos admitidos, forma da admissão, os cargos e funções a que tais admissões se destinaram e quais os vencimentos mensais desses cargos e funções;
3º quais dessas admissões se destinaram a preencher vagas já existentes no quadro funcional do Instituto, quais a novos cargos e quando e por quem foram estes criados;
4º quais dessas admissões foram autorizadas pelo Presidente da República e quais as que não o foram.

Sala das Sessões do Senado Federal, 11 de janeiro de 1961. — Senador João Villasboas.

Requerimento n. 8, de 1961

Sr. Presidente:

Requeiro sejam solicitadas ao Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio as seguintes informações:

1º quantas admissões de funcionários foram feitas no Instituto de Apuramentação e Perícias dos Corretivos, IAPC, em todo o Brasil, a par-

de 1º de julho de 1960 até 31 de dezembro do mesmo ano;

2ª quais os nomes dos admitidos, forma da admissão, cargos e funções a que tais admissões se destinaram e quais os vencimentos mensais desses cargos e funções;

3ª quais dessas admissões se destinaram a preencher vagas já existentes no quadro funcional do Instituto, quais a novos cargos e quando e por quem foram estes criados;

4ª quais dessas admissões foram autorizadas pelo Presidente da República e quais as que não o foram.

Sala das Sessões do Senado Federal, 11 de janeiro de 1961. — Senador João Villasbôas.

Requerimento n. 9, de 1961

Sr. Presidente:

Requeiro sejam solicitadas ao Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio as seguintes informações:

1ª quantas admissões de funcionários foram feitas no Serviço de Alimentação da Previdência Social — SAPS — em todo o Brasil, a partir do dia 1º de julho de 1960 até o dia 31 de dezembro do mesmo ano;

2ª quais os nomes dos admitidos, forma da admissão, os cargos e funções a que tais admissões se destinaram e quais os vencimentos mensais desses cargos e funções;

3ª quais dessas admissões se destinaram a preencher vagas já existentes no quadro funcional do Serviço de Alimentação da Previdência Social — SAPS, — quais a novos cargos e quando e por quem foram estes criados.

4ª quais dessas admissões foram autorizadas pelo Presidente da República e quais as que não o foram.

Sala das Sessões do Senado Federal, 11 de janeiro de 1961. — Senador João Villasbôas.

Requerimento n. 10, de 1961

Sr. Presidente:

Requeiro sejam solicitadas ao Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio as seguintes informações:

1ª quantas admissões de funcionários foram feitas no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários do Serviço Público — IAPFESP — outrora CAPFESP, em todo o Brasil, a partir do dia 1º de julho de 1960 até o dia 31 de dezembro do mesmo ano;

2ª quais os nomes dos admitidos, forma da admissão, os cargos e funções a que tais admissões se destinaram e quais os vencimentos mensais desses cargos e funções;

3ª quais dessas admissões se destinaram a preencher vagas já existentes no quadro funcional do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários do Serviço Público — IAPFESP, quais a novos cargos e quando e por quem foram estes criados;

4ª quais dessas admissões foram autorizadas pelo Presidente da República e quais as que não o foram.

Sala das Sessões do Senado Federal, 11 de janeiro de 1961. — Senador João Villasbôas.

Requerimento n. 11, de 1961

Sr. Presidente:

Requeiro sejam solicitadas ao Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio as seguintes informações:

1ª quantas admissões de funcionários foram feitas na Comissão Federal de Abastecimento e Preços — COFAP — em todo o Brasil, a partir do dia 1º de julho de 1960 até o dia 31 de dezembro do mesmo ano;

2ª quais os nomes dos admitidos, forma da admissão, os cargos e fun-

ções a que tais admissões se destinaram e quais os vencimentos mensais desses cargos e funções;

3ª quais dessas admissões se destinaram a preencher vagas já existentes no quadro funcional da Comissão Federal de Abastecimento e Preços — COFAP, — quais a novos cargos e quando e por quem foram estes criados;

4ª quais dessas admissões foram autorizadas pelo Presidente da República e quais as que não o foram.

Sala das Sessões do Senado Federal, 11 de janeiro de 1961. — Senador João Villasbôas.

Requerimento n. 12, de 1961

Sr. Presidente:

Requeiro sejam solicitadas ao Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio as seguintes informações:

1ª quantas admissões de funcionários foram feitas no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas — IAPETC — em todo o Brasil, a partir do dia 1º de julho de 1960, até 31 de dezembro do mesmo ano;

2ª quais os nomes dos admitidos, forma da admissão, os cargos e funções a que tais admissões se destinaram e quais os vencimentos mensais desses cargos e funções;

3ª quais dessas admissões se destinaram a preencher vagas já existentes no quadro funcional do Instituto, quais a novos cargos e quando e por quem foram estes criados;

4ª quais dessas admissões foram autorizadas pelo Presidente da República e quais as que não o foram.

Sala das Sessões do Senado Federal, 11 de janeiro de 1961. — Senador João Villasbôas.

Requerimento n. 13, de 1961

Sr. Presidente:

Requeiro sejam solicitadas ao Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio as seguintes informações:

1ª quantas admissões de funcionários foram feitas no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos — IAPM — em todo o Brasil, a partir do dia 1º de julho de 1960 até 31 de dezembro do mesmo ano;

2ª quais os nomes dos admitidos, forma da admissão, os cargos e funções a que tais admissões se destinaram e quais os vencimentos mensais desses cargos e funções;

3ª quais dessas admissões se destinaram a preencher vagas já existentes no quadro funcional do Instituto, quais a novos cargos e quando e por quem foram estes criados;

4ª quais dessas admissões foram autorizadas pelo Presidente da República e quais as que não o foram.

Sala das Sessões do Senado Federal, 11 de janeiro de 1961. — Senador João Villasbôas.

Requerimento n. 14, de 1961

Sr. Presidente:

Requeiro sejam solicitadas ao Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio as seguintes informações:

1ª quantas admissões de funcionários foram feitas no Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência — S.A.M.D.U. — em todo o Brasil, a partir do dia 1º de julho de 1960 até 31 de dezembro do mesmo ano;

2ª quais os nomes dos admitidos, forma da admissão, os cargos e funções a que tais admissões se destinaram e quais os vencimentos mensais desses cargos e funções;

3ª quais dessas admissões se destinaram a preencher vagas já existentes no quadro funcional do SAMDU, quais a novos cargos e quando e por quem foram estes criados.

4ª quais dessas admissões foram autorizadas pelo Presidente da República e quais as que não o foram.

Sala das Sessões do Senado Federal, 11 de janeiro de 1961. — Senador João Villasbôas.

Requerimento n. 15, de 1961

Sr. Presidente:

Requeiro sejam solicitadas ao Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio as seguintes informações:

1ª quantas admissões de funcionários foram feitas no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários — I.A.P.B. — em todo o Brasil, a partir do dia 1º de julho de 1960 até 31 de dezembro do mesmo ano;

2ª quais os nomes dos admitidos, forma da admissão, os cargos e funções a que tais admissões se destinaram e quais os vencimentos mensais desses cargos e funções;

3ª quais dessas admissões se destinaram a preencher vagas já existentes no quadro funcional do Instituto, quais a novos cargos e quando e por quem foram estes criados.

4ª quais dessas admissões foram autorizadas pelo Presidente da República e quais as que não o foram.

Sala das Sessões do Senado Federal, 11 de janeiro de 1961. — Senador João Villasbôas.

Requerimento n. 16, de 1961

Sr. Presidente:

Requeiro sejam solicitadas ao Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio as seguintes informações:

1ª quantas admissões de funcionários foram feitas no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários — I.A.P.I. — em todo o Brasil, a partir do dia 1º de julho de 1960 até 31 de dezembro do mesmo ano;

2ª quais os nomes dos admitidos, forma da admissão, os cargos e funções a que tais admissões se destinaram e quais os vencimentos mensais desses cargos e funções;

3ª quais dessas admissões se destinaram a preencher vagas já existentes no quadro funcional do Instituto, quais a novos cargos e quando e por quem foram estes criados;

4ª quais dessas admissões foram autorizadas pelo Presidente da República e quais as que não o foram.

Sala das Sessões do Senado Federal, 11 de janeiro de 1961. — Senador João Villasbôas.

O SR. PRESIDENTE:

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Mendonça Clark.

O SR. MENDONÇA CLARK:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, inscrevi-me para falar sobre assunto de interesse exclusivo dos Estados do Piauí e do Maranhão. Contudo, ao ler o "Correio da Manhã" de hoje, deparei-me artigo de fundo e o noticiário, sobre a iniciativa de um repórter, do mesmo jornal, com relação à mortalidade infantil em nosso País. Sendo um dos maiores problemas do Piauí a mortalidade infantil, resolvi deixar de lado meu propósito inicial para tratar, dada a oportunidade, da mortalidade infantil no Brasil.

Diz o "Correio da Manhã" que o Governo Federal está sem elementos estatísticos para formular combate à mortalidade infantil e acrescenta:

Não dispõe o governo de elementos estatísticos oficiais seguros, capazes de possibilitar a formulação das diretrizes de uma política de amparo à infância, quer pelo exame dos coeficientes de mortalidade infantil quer pela interpretação

dação das "causa-mortis" mais frequentes. Em vão a reportagem buscou ontem conseguir tais dados, devidamente atualizados. Percorreu cinco repartições do Ministério da Saúde. Obteve apenas elementos referentes a 1956 e, uns poucos a 1957. Por esclarecimentos prestados, informalmente, por um dos chefes de seção ouvidos, sabemos, porém, não ter havido melhoria dos índices da mortalidade infantil nos últimos anos, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

Diz mais este mesmo artigo que a região do Nordeste conserva as mesmas taxas de alguns anos atrás, comparáveis aos da Ásia e África numa média de 200/1.000.

Sr. Presidente, devo declarar ao Senado e à Nação que o índice de duzentos por mil, considerado média no Brasil, é, em relação ao Estado do Piauí, ou em certas zonas do Estado, muito modesto.

Verifiquei, em 1956, quando tive de apresentar tese na Escola Superior de Guerra, que o índice de mortalidade infantil no meu Estado, era de trezentos e cinquenta a quatrocentos por mil. Fácil, é chegar-se à conclusão de que esse índice, o Piauí, infelizmente, continua com serviços de água e esgoto deficientes; há regiões em que não existem esses serviços. A cidade de Teresina, pela elevada temperatura e falta de um serviço perfeito de abastecimento de águas e esgotos, constitui um dos centros de maior índice de mortalidade infantil.

Gostaria, Sr. Presidente, constasse dos Anais desta Casa, como confirmação à reportagem, cujo trecho acabo de ler, o editorial do "Correio da Manhã" de hoje, publicada na sua última página sob o seguinte título "Morte desnecessária".

Assim se exprime o redator daquele matutino:

subdesenvolvidos, que problemas

Estamos ainda, no Brasil, tão considerados do passado, em países mais atualizados continuam gravíssimos aqui. Um desses problemas, um dos maiores de todos pelo seu conteúdo profundamente humano, é o da mortalidade infantil. Num ambiente bastante civilizado, como bem sabe a classe média das cidades mais importantes do Brasil, esse problema está até certo ponto resolvido. E' da essência da condição humana não se ter certeza dos golpes inesperados da sorte. Assim, sempre haverá os casos em que crianças, por maior que seja o socorro que uma sociedade lhes pode proporcionar, desaparecerão do convívio de suas famílias. Mas se há um terreno que justifica o maior otimismo esse é exatamente o das possibilidades crescentes de salvá-las. Moléstias consideradas antigamente como altamente ameaçadoras um pediatra pode tratá-las hoje pelo telefone, graças ao fantástico desenvolvimento das vacinas, e, especialmente, dos antibióticos.

Mas se as novas drogas criaram uma nova tranquilidade para as classes abastadas e para a classe média, que podem pagar o preço frequentemente abusivo dos remédios, permanece desprotegida toda a zona daqueles que, mal equipados para o dever fundamental de afugentar a fome, não podem lançar mão de toda essa farmacopéia que surgiu principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial. Esse grande segmento, economicamente incapaz, do proletariado urbano, e, sobretudo, das massas rurais, continua a frequentar os herbanários, o catimbo e a macumbá e a tentar combater as infecções e a paralisia infantil com poções e mezinhas.

On estaremos exacerando? A verdade é que o governo anda tão

ausente do problema que não pode sequer fornecer dados positivos sobre a mortalidade infantil no Brasil, sabidamente colocada entre as mais altas do mundo.

Na última página deste jornal publicamos hoje as andanças de um repórter do "Correio da Manhã" que tentou saber qual o estágio do problema da mortalidade infantil entre nós. Percorreu cinco repartições do Ministério da Saúde, obtendo apenas dados referentes a 1955, e, uns poucos, a 1957. De um modo geral o que se pode afirmar é que, a despeito de todos os métodos e medicamentos novos, não se alteraram os níveis da alta mortalidade infantil no Brasil. Continua a hecatombe de "anjinhos".

O departamento que mais informou foi o Serviço de Educação e Divulgação do Departamento Nacional da Criança. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para 1955, a mortalidade infantil desse ano foi da ordem de 160 crianças por 1.000 o que é péssimo. Mas esse péssimo não é o pior, pois os dados menos merecedores de confiança são, no caso, os do Norte e Nordeste, onde, como se sabe, mais altos são os índices da mortalidade infantil no Brasil. Acontece, no entanto, que no mundo inteiro uma taxa de 100 óbitos infantis por 1.000 é considerada excessiva. É a taxa encontrada na Ásia e na África. As nossas 160 crianças mortas representam, portanto, um exagero. No Nordeste, aliás, ao que se sabe, empatamos com áreas realmente sacrificadas de Ásia e África, com a mortalidade de crianças de até um ano de idade na zona das 200 por 1.000.

Em São Paulo temos, naturalmente, níveis melhores de 60 por 1.000 e em Santa Catarina níveis ótimos de 40 por 1.000. No Brasil em geral a situação continua a ser de calamidade.

E o mais grave da situação não é propriamente a mortalidade infantil em si: é, isto sim, o evidente descaso com que o Brasil trata o problema. O primeiro cuidado que uma situação assim grave impõe é seu conhecimento perfeito, é a noção exasperante mas promissora de se saber de cor o mal que nos acomete. A consciência perfeita do mal é o melhor encaminhamento para sua erradicação. O escasso conhecimento que se tem sobre a mortalidade dos nossos pré-cidadãos (que só serão cidadãos plenos e votantes se atravessarem a barreira da morte de infantes, quase desnecessária hoje em dia) é a prova melhor, e a mais triste, de que continuarão, simplesmente, a morrer.

Sr. Presidente, esse artigo do "Correio da Manhã" faz-me lembrar que, desde os meus dez anos de idade, a título de passeio acompanhava meu pai, nas suas andanças como Inspetor Médico Escolar no Rio de Janeiro, em visitas às escolas do antigo Distrito Federal. Andávamos num fordeco de bigode, como se chamava aquele tempo, por Cascadura, Meier, Mangaratiba, Guaratiba e Sepetiba, visitando-lhes as escolas públicas. Desde essa época, portanto, e durante dois ou três anos, pude verificar, sem qualquer obrigação pessoal, unicamente para ver o que se passava naquelas escolas — professores, fazendo esforços tremendos para ensinar o ABC às crianças cariocas.

Via, então, meu pai, sem qualquer recurso para afastar das escolas as crianças com tracoma ou outras doenças contagiosas, podendo prejudicar a saúde das demais. O simples afastamento, porém e nada mais, porque não tinha recursos para medicá-las.

Depois de anos, Sr. Presidente, chegou ele à conclusão de que, como médico escolar no Rio de Janeiro, perdia tempo apenas na faina de isolar as crianças saudáveis das portadoras de doenças contagiosas. Teve, então, a idéia de criar uma clínica escolar, onde se começasse a examinar as crianças do Distrito Federal.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não pensem que foi fácil. As autoridades procuradas — Prefeito, Ministros de Estado e até o Sr. Presidente da República — não tinham idéia do problema; e o resultado foi que, depois de muito esforço, conseguiu um prédio velho da Prefeitura, que ninguém queria mais; e nesse prédio velho, despendendo alguns milhares de cruzéis, conseguiu instalar a primeira clínica do Distrito Federal, a única que deve existir, até hoje, no Brasil. Isso pelos idos de 1935, quando a Prefeitura não pagava os médicos. Ele então reuniu os Colegas e começava a trabalhar, juntamente com Martins Pereira, Lúcio de Mendonça, Nelson Mendes e outros, que trabalharam dez anos de graça, examinando cento e tantas mil crianças, praticamente sem qualquer auxílio do Governo, que não pagava nem os vencimentos dos médicos.

Chegou, então, à conclusão de que, já aquela época, antes do aparecimento dos remédios modernos, as crianças cariocas não aprendiam o ABC por estarem cheias de vermes e passando fome. A doença principal era a fome, a miséria e a real, a verminose.

Convenientemente tratadas, voltavam essas crianças para a escola um pouco melhor. Continuavam, porém, com fome e não podiam aprender o que as professoras com grande tenacidade, procuravam ensinar-lhes.

Surgiu a idéia de, com pequena contribuição — dez tostões, naquela época — da parte dos que podiam dá-la, instituir-se o primeiro copo de leite ou a sopa, alimentos que satisfariam às crianças sem custar muito caro. Com esse simples copo de leite e com essa sopa, houve crianças que, em um mês, engordaram três quilos, conseguindo ainda um aproveitamento escolar muito superior ao dos anos anteriores. Melhor alimentadas, estavam mais aptas a aprender o que lhes era ensinado.

Entretanto, Sr. Presidente, nunca foi possível melhorar as instalações escolares de General Canabarro. Depois de muitos anos aquela iniciativa evoluiu um pouco e foi construído o Hospital Escola, onde a criança era tratada, alimentada e recebia aulas, nos fundos da clínica. Os resultados foram surpreendentes. As crianças passaram a assimilar muito melhor os ensinamentos recebidos. Internadas na clínica, tornaram-se sadias.

Infelizmente, ficou na Clínica Hospitalar e no Hospital-Escola de General Canabarro o esforço daqueles que, dirigidos por meu pai, durante tantos anos trabalharam no atual Estado da Guanabara.

O Sr. Caiado de Castro — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MENDONÇA CLARK — Com muito prazer.

O Sr. Caiado de Castro — Estou ouvindo, com a maior atenção, o discurso de V. Exa. Conheço de perto o trabalho desenvolvido por seu ilustre genitor. Estou sobretudo a par dos ótimos resultados com a instituição da merenda escolar. Difundida em várias organizações, acabou a idéia sendo aplicada no meio militar. Seguindo justamente o exemplo do ilustre pai de V. Exa., iniciamos na Vila Militar, o fornecimento da sopa escolar. Também ali chegamos à conclusão de que grande parte das faltas verificadas durante o ano letivo, nas escolas dos subúrbios, naquela zona, decorriam da fome. As crianças chegavam ao colégio tão subnutridas que não conse-

guiam prestar atenção às aulas. Decidiram, assim, os chefes militares adotar também a sopa, sem despesa alguma para a Nação. Utilizando os ossos com a carne que os acompanhava, fazia-se a sopa que ficou célebre na zona de Deodoro, Magalhães Bastos e outros. Essa feliz iniciativa, porém, originou-se da idéia e do trabalho do pai de V. Exa., cujas virtudes de homem ilustre e dedicado à causa pública hoje proclamamos. Atualmente, na Guanabara, a situação é bem diferente, embora ainda existam algumas das deficiências a que V. Exa. se referiu.

Temos, além do copo de leite, vitaminas em drágeas, que possuem as mesmas qualidades deste alimento; cada uma delas dá para cinquenta crianças. Sobre esse assunto não posso discorrer por não ser médico. Tive oportunidade de, durante minha última estada no Estado da Guanabara, verificar que o Ministério da Saúde encomendou milhares desses produtos. Aliás, a título de curiosidade trouxe uma drágea para mostrar aos amigos em Brasília. O Exército, naturalmente mediante convênio com o Ministério da Agricultura, ofereceu grande quantidade dessas vitaminas a fim de serem utilizadas nas escolas públicas. Concordo integralmente com V. Exa. Pretendi com meu aparte, homenagear ao seu ilustre genitor e demonstrar que os ensinamentos que recebemos, não pessoalmente, mas através da propaganda que ele fez não foram perdidos. Posso mesmo afirmar que deram grandes resultados para o país; e que nós da Guanabara muito aproveitamos, aplicando-os na medida das nossas forças. Embora o Estado da Guanabara, não esteja ainda em ótimas condições nesse particular, a frequência escolar é maior e dia a dia aumenta extraordinariamente. Dizem os técnicos que isso ocorre em consequência da prática da merenda escolar e utilização das vitaminas fornecidas pelo Exército às escolas públicas.

O SR. MENDONÇA CLARK — Muito grato pelo aparte do ilustre Senador Caiado de Castro.

É para mim motivo de grande satisfação saber da iniciativa do Exército na Vila Militar procurando, naturalmente, amparar as crianças que frequentam as escolas daquela zona. O fato, de todas as maneiras, vem comprovar o que eu vinha dizendo sobre a fome que constitui motivo de impedimento para que as crianças aprendam.

Assim, Sr. Presidente, depois dos esforços, para a criação da clínica escolar para o Estado da Guanabara, depois de criada a escola hospitalar, não só para fazer exames mas para dar o direito de crescer a essas crianças, não foi possível irradiar pelo Brasil a idéia aplicada no Estado da Guanabara.

As autoridades federais, desde o Presidente da República, Ministro da Saúde e Prefeito, foram convidadas, para ver com os próprios olhos, os resultados dessa instituição no Estado da Guanabara. Não se trata de uma organização suntuosa, mas de uma entidade pobre, sem recursos, mas cuja eficiência foi comprovada. Não satisfeita com seus últimos trabalhos, a fim de disseminar suas idéias no Brasil, comprou uma propriedade agrícola, por sua própria conta, no Estado do Rio, e uma escola hospitalar. Esta já foi inaugurada. Vi com meus próprios olhos, crianças morrerem de tuberculose óssea e outras doenças graves. Muitas delas, tiradas a tempo das enfermarias da Santa Casa de Misericórdia e levadas para Araruama, no Estado do Rio, seis meses depois estavam mais fortes, mais sadias, mais capazes do que crianças da classe média, crianças ricas do Rio de Janeiro.

Relativamente ao problema da mor-

talidade infantil, a situação está como retrata o "Correio da Manhã": o próprio Governo se encontra desaparecido para saber, inclusive, quantas crianças morrem no País. A situação não é simples, não é comum. É um verdadeiro crime! No entanto, está demonstrado que a criança brasileira passa fome, que a criança brasileira tem doenças facilmente curáveis, agora mais do que nunca, e, no entanto, no Brasil, continua-se a nascer para morrer.

Essa — a verdadeira expressão: a criança nasce para morrer! Morrer, sim, porque é o que ocorre no meu Estado, onde chegam a morrer trezentas e cinquenta a quatrocentas crianças por mil. Não há, pois, o direito de crescer e sim o de nascer para morrer.

A maneira de salvar-se essas crianças é simples. Além da sopa, do copo de leite e, agora, da merenda escolar, ministrar-lhes óleo-de-fígado-de-cachalau de mistura com o ferro reduzido a pó.

Vi, importados por meu saudoso pai, tambores e mais tambores desse produto norueguês e também mais de quinhentos quilos de ferro reduzido a pó. Essa mistura dava a criança brasileira tal estado de saúde que não permitia mais continuasse a mortalidade infantil a ceifar vidas indefinidamente. O exemplo, entretanto, foi esquecido. Morto meu genitor em 1913, de lá para cá, salvo raras e honrosas exceções, o problema da mortalidade infantil apenas de vez em quando vem ao conhecimento do público.

Na verdade, no Estado da Guanabara, o nível do seu povo é outro, melhorou muito. Sua capacidade de socorro é notável. Mas o Estado do Piauí permanece como estava, na Guanabara, em 1925 ou 1930: em completo abandono.

O próprio leite que o F.I.S.I. fornece ao Brasil, de graça, demora chegar ao seu destino. Eu próprio, por duas ou três vezes interfi junto ao Ministério da Fazenda, para liberar produto nos portos do Maranhão e Ceará, onde tem ficado retido de oito a dez meses! Discute-se o pagamento ou não de direitos alfandegários enquanto a criança brasileira carece do produto!

Consegue-se a liberação junto ao Ministério da Fazenda mas a sobreza do Piauí é tal que não existem recursos para a chegada do leite à Capital e distribuí-lo pelo interior.

O leite fica um, dois ou três meses retidos na Capital do Estado, sem poder ser distribuído às crianças do meu Estado; fica sob a dependência de alguém de boa vontade que se decide a mandá-lo para o interior.

Com estas observações, desejo congratular-me com o "Correio da Manhã". Que esse grande órgão da imprensa nacional possa manter viva, bem viva, essa campanha, que se pode considerar como ponto primordial da existência de um jornal da importância do "Correio da Manhã", ao chamar a atenção do Governo para problemas como o da mortalidade infantil, apontando soluções fáceis, desde que seja realmente bem equacionado.

Já dizia Miguel Pereira e Miguel Couto por vezes repetia, que o Brasil é um grande hospital. Disse meu pai que no Brasil nasce-se para morrer. Não é possível, a esta altura, num País que já se considera em fase de desenvolvimento, continuar a morrer no meu Estado de trezentas a quatrocentas crianças por mil, pela fome, pela pobreza, pela falta de amparo do Governo.

Tão falho é o Serviço com relação ao órgão de defesa da criança nacional, que o "Correio da Manhã" frisa não ter sido possível coligir dados junto ao Governo Federal, capazes de afirmar o índice de mortalidade infantil em nosso País.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MENDONÇA CLARK — Com prazer.

O Sr. Vivaldo Lima — U'a amostra do descaso em que se tem este crucial problema nacional é o Município de Erupepe. Tive ocasião, neste Plenário, em aparte, de advertir a Nação quanto ao que ocorre nesse município amazense: de mil crianças que nascem, oitocentas morrem! Fiz essa advertência neste Plenário, repito, dirigindo-me ao então Ministro da Saúde, Senhor Mário Pinotti; e a reiterar várias vezes, pessoalmente, a S. Ex.^a. Infelizmente, nenhuma providência foi tomada a esse respeito. É um pequeno exemplo da incuria ministerial quanto ao problema da criança no Brasil, permitindo que num Município o sacrifício da população infantil seja de tal monta. V. Ex.^a agora traz exemplos de municípios do seu Estado. Tal acontece sobretudo nas regiões Norte e Nordeste do País, onde a Saúde Pública apenas aparece nominalmente. As verbas são podadas e mal empregadas. A Merenda Escolar já daria para alguma coisa, para a criança que conseguia ultrapassar a primeira etapa da vida, a mais delicada. A criança comparece às escolas praticamente faminta, inanida. A merenda é que lhe daria alguma força e resistência para assimilar as lições ministradas. Digo a V. Ex.^a, dentro de um modesto exemplo: na própria cidade do Rio de Janeiro, tive que instituir, na Cruz Vermelha Brasileira, uma cantina para atender as crianças que apareciam nos ambulatórios da instituição acompanhando seus genitores em busca de tratamento, já que não poderiam permanecer sozinhas em casa. Senti que cairiam de inanição. Então, estabeleci a sopa, o suco de vitaminas. De alguns anos para cá, toda e qualquer criança, ou mesmo adulto, que comparece aos ambulatórios daquela instituição pode dirigir-se à Cantina ao lado, onde encontrará alimento para poder esperar seus genitores. Se tal fato ocorre na antiga Capital da República, hoje Estado da Guanabara, imagine-se o que acontece no resto do Brasil, principalmente no Norte e Nordeste. Não há palavras suficientes para exprimir a revolta e o pesar pelo que ocorre em matéria de saúde pública, sobretudo no tocante à assistência à criança brasileira.

O SR. MENDONÇA CLARK — Agradeço o aparte que acabo de receber do nobre Senador Vivaldo Lima, não só porque S. Ex.^a é um grande médico, responsável por uma organização de âmbito internacional, como porque conhece e vive profundamente o problema.

O Sr. Vivaldo Lima — Muito obrigado.

O Sr. Guido Mondim — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. MENDONÇA CLARK — Pois não.

O Sr. Guido Mondim — Por certo, V. Ex.^a vem acompanhando a atuação dessa organização, benemerita, que é a Campanha Nacional da Merenda Escolar. Ainda no Rio de Janeiro, tive uma oportunidade de, mais de uma vez, participar dos trabalhos dela e tomar conhecimento de fatos verdadeiramente dolorosos que explicam a razão dessa mortalidade. Há, por exemplo, casos desta natureza: a criança, já com idade escolar, recebe a merenda e é surpreendida, com frequência, guardando no aventalzinho metade dela para levá-la ao irmãozinho que ficou em casa e não tem o que comer. Há outro aspecto ainda muito doloroso: as crianças, na época das férias, emagrecem porque já não têm em casa o mesmo recurso que a merenda escolar lhes dá. Vejo o nobre colega que isso não pode prosseguir. É um libelo dos homens públicos deste País; não é possível assistir a fatos desta natureza, sem uma providência. Por isto vi com satisfação, no Orçamento da República, aprovada sem restrição a verba para merenda escolar; mas precisamos aumentá-la. Pelo menos há um setor trabalhando no sentido de socorrer a infância deste País.

O SR. MENDONÇA CLARK — Agradeço o aparte do nobre Senador Guido Mondim, em que S. Ex.^a revela pontos realmente interessantes do problema da merenda escolar. Direi mais, agora, a S. Ex.^a e ao Senado: quando se pensou em alguma medida no sentido de iniciar o fornecimento de merenda — sopa, leite ou coisa parecida — admitiu-se a hipótese da criança levá-la, por inteiro ou em parte, para casa; mas chegou-se a convicção, comprovada, de que os pais e os irmãos tomavam também uma parte da merenda, tirando-a da criança que recebia da escola.

Por essa razão foi proibida por meu pai a ida da merenda para casa; dada a impossibilidade de controlar o uso da merenda pela criança, em sua própria casa.

Óra, quando o pai ou a mãe é capaz de tirar da boca do filho parte da merenda que ele recebe na escola, a situação de fome é um fato consumado.

A merenda convenientemente dada à criança, mais ainda agora, com os novos inventos, é um fator decisivo para a melhora do aprendizado, da saúde, do crescimento da criança brasileira.

O Sr. Lobão da Silveira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MENDONÇA CLARK — Com satisfação concedo-o a V. Ex.^a.

O Sr. Lobão da Silveira — Estou ouvindo atentamente o discurso de V. Ex.^a, porque o problema, de fato, é dos mais importantes e considero inadiável sua solução, para o futuro de um País como o nosso, cuja população é a que mais aumenta no mundo e precisa de braços para trabalhar. Mas sou dos que pensam que em grande parte essa falta de assistência não resulta de incuria do Governo. Se V. Ex.^a consultar o organismo do Ministério da Saúde verá, que o Brasil gasta em leite e remédios verbas consideráveis, capazes de suprir em grande parte essa assistência. Acontece que os órgãos intermediários, encarregados da distribuição, por dissídia ou pela burocracia, são responsáveis pelo desvio e aplicação desses socorros.

O Sr. Guido Mondim — Se V. Ex.^a me permite, direi que importamos leite em pó, dos Estados Unidos, para atendimento da Campanha Nacional da Merenda Escolar, mas a Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, às vezes por não satisfazer com a devida presteza as solicitações da Campanha, obriga-nos a renovar contratos que temos com as firmas nos Estados Unidos. Ainda recentemente tive oportunidade de intervir junto à Carteira, com o Dr. Paulo Pook Correia, que foi solícito e concedeu câmbio para podermos cumprir nossa parte nos contratos de fornecimento. Há, portanto, necessidade de não titubearmos, um minuto, ao atendimento de problema tão sério.

O SR. MENDONÇA CLARK — Agradeço os apertes dos nobres colegas do Pará, e do Rio Grande do Sul. Pego, entretanto, licença ao nobre representante do Pará, para dizer que, no ano passado, visitando 50 municípios piauienses, constatei que em 90% desses municípios, havia total falta de assistência, já não digo à criança, mas ao homem do campo: não há médicos, não há postos de saúde, não há remédios. O homem vive completamente abandonado. E no Município de Água Branca, o prefeito Cel. Benedito da Luz viu-se obrigado a pedir a um médico, se não me engano cearense, o favor de atender às pessoas do seu município.

Formavam, então, imensas filas de pessoas, vindas de outros municípios, à porta desse médico, um verdadeiro abnegado. Nem os serviços médicos dos institutos, do Governo ou do Ministério da Saúde, ou de quem quer que seja, atingem o interior do Brasil, via de regra.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MENDONÇA CLARK — Com todo o prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — É de real importância a merenda escolar; é, indiscutivelmente, uma necessidade, sobretudo nos Estados como o de V. Ex.^a, na minha Paraíba, no Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão. Quando na chefia do Governo do meu Estado, tratamos com cuidado extraordinário da assistência à criança. Instituímos a merenda escolar, mantida pela Legião Brasileira de Assistência, sob a presidência de minha senhora. Nos grupos escolares instalamos pequenas cozinhas, tipo kitchenet para fornecer merenda às crianças. Essa providência na cidade de João Pessoa aumentou consideravelmente a frequência dos alunos. Grande número deixava de comparecer às aulas, em determinados dias, para, com a venda de balas e bolos, suprir parte das necessidades da família. A merenda escolar, pela forma como a instituímos, resultou em grande benefício para a nossa população escolar. Testemunhou esse fato o nobre colega, representante do Estado do Pará, Marechal Zacharias Assumpção.

O Sr. Zacharias Assumpção — É a verdade. Conheço as obras assistenciais do Estado.

O Sr. Ruy Carneiro — Quando S. Ex.^a esteve na Paraíba, era o comandante da Guarnição Federal da Brigada Militar do Estado. Pôde ali observar nosso interesse e devotamento à questão das obras assistenciais no Estado. Posso afirmar, sem falsa modestia, que, nesse setor, meu Governo marcou época. Não sei o que ocorre no Piauí. Esse assunto, entretanto, deve ser constantemente tratado, para que não deixemos de amparar as crianças, as mulheres, enfim, a população pobre das nossas regiões. É um dever que se impõe. A FISI, a que se referiu o Senador Guido Mondim, tem contrato com o Governo Brasileiro para fornecimento do leite em pó, o que já é de grande ajuda, mas é necessário que os responsáveis façam a distribuição como deve ser feita.

O SR. MENDONÇA CLARK — Agradeço o aparte do nobre Senador Ruy Carneiro que valoriza minhas palavras, quanto à questão da mortalidade infantil no Brasil.

O Sr. Ruy Carneiro — A Merenda Escolar não só aumenta a frequência escolar como evita a mortalidade infantil, extraordinariamente agravada pela falta de alimentação das nossas crianças.

O SR. MENDONÇA CLARK — Sr. Presidente, chamo a atenção do Senado e da Nação para o fato de que a merenda escolar, isoladamente, constituída de sopa ou do copo de leite não resolve definitivamente o planejamento do combate à mortalidade infantil.

O Sr. Ruy Carneiro — Melhora muito.

O SR. MENDONÇA CLARK — Melhora consideravelmente sem dúvida. É imprescindível sejam as crianças examinadas, curadas de verminoses para que a merenda escolar não perca parte de sua finalidade.

O Sr. Ruy Carneiro — Perfeitamente. Criamos, na Paraíba, em quase todo o Estado inúmeros postos de puericultura. Muito trabalhei neste setor; digo-o sem falsa modestia sem medo de contestação.

O SR. MENDONÇA CLARK — Agradeço as palavras do nobre colega afirmando-lhe que durante o meu discurso poderá apartear-me quantas vezes quiser. Honra-me muito com isso.

O Sr. Lobão da Silveira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MENDONÇA CLARK — Com todo o prazer.

O Sr. Lobão da Silveira — Depois do meu primeiro aparte, V. Ex.^a fez uma série de considerações a respeito de municípios de vários Estados. Havia eu afirmado, em tese, que ha-

via falta de entrosamento entre as autoridades estaduais e federais para que a obra assistencial infantil no Brasil funcionasse adequadamente nos Estados. Percorri todo o meu Estado e posso afirmar que o problema depende realmente de entrosamento entre os Estados e as autoridades federais.

O SR. MENDONÇA CLARK — E este entrosamento a que acaba de se referir o próprio Senador Lobão da Silveira, que julgo forçoso existir entre os setores federais, estaduais e municipais.

É necessário que a merenda seja dada de preferência à criança, mais ou menos sã, para que se possa obter melhor resultado do esforço despendido.

Sr. Presidente, antes do terminar, devo dizer aqueles que hoje se empenham no combate à mortalidade infantil no Brasil, através do grande órgão da imprensa nacional, o *Correio da Manhã*, que me sinto plenamente tranquilo com relação a todas as minhas observações.

Em 1955, no primeiro ano que estive no Senado, a minha principal preocupação foi — já que meu pai falecera em 1948 — baseado nos seus estudos de quarenta anos e em cinco ou seis de seus livros publicados, apresentar um projeto que consubstanciasse as suas idéias e as disseminasse por todo o Brasil, a exemplo do que foi feito no Estado da Guanabara. O projeto da lei do Senado tomou o nº 2.055 e criava escolas e hospitais em todos os Estados e Territórios federais para menores de 7 a 16 anos. A proposição, apresentada em 3-11-1955, foi à redação final, aprovada com brilhantes pareceres de todas as Comissões do Senado Federal.

Desde que saiu desta Casa, por duas ou três vezes, tenho pedido a sua reconstituição, porque ao que consta desapareceu na Câmara Federal. Trata-se de proposição que beneficiaria cada Estado ou Território federal com escolas e hospitais para para 300 a 400 crianças. Há quase cinco anos está ela na Câmara Federal e toda vez que me interessei pelo seu andamento a resposta é sempre não é encontrada. Volto a insistir na sua renovação e pedir cópias. Em dezembro, voltei à Câmara e lá pedi um ofício do Deputado José Bonifácio, solicitando a reconstituição do projeto, porque este não era encontrado.

Quantas crianças no Brasil inteiro, Sr. Presidente, poderiam ter sido salvas de morte prematura, se projetos dessa natureza, que interessam a todos os Estados da Federação tivessem melhor andamento e merecessem consideração na Câmara dos Deputados.

É injustificável e incompreensível um fato desses. Talvez alguém, um adversário político, para me fazer mal — não sei — tenha feito desaparecer o projeto. Mas não é a mim que prejudica, absolutamente; sacrifica milhares de crianças em todo o Brasil; crianças pobres, morrendo de fome e de doença, que estariam sendo tratadas nessas escolas e hospitais, se o projeto merecesse aprovação na Câmara dos Deputados e execução pelo Governo Federal.

Foi um ato da Maioria governamental. Projetos dessa natureza, que tratam do que há de mais importante no País, que é a criança, deviam merecer a maior atenção.

Tratam da siderurgia, tratam do petróleo; brigam pela siderurgia, pela Petrobrás e pela indústria automobilística nacional, mas não se pensa sequer em estudar o projeto, ou ao menos evitar que desapareça, como aconteceu duas ou três vezes.

O Sr. Lobão da Silveira — Permite V. Ex.^a mais um aparte?

O SR. MENDONÇA CLARK — Pois não.

O Sr. Lobão da Silveira — Como V. Ex.^a está tratando de assunto de

magna importância, convém ressaltar que há meia dúzia de anos foi iniciada, com grande sucesso, uma campanha patrocinada pelos *Diários Associados*, sob a direção do Senhor Assis Chateaubriand, para a criação de postos de puericultura em quase todos os municípios do país. Lamentavelmente essa iniciativa não foi levada avante, mas estava dando ótimos resultados.

O Sr. Zacarias de Assunção — Os postos foram construídos mas não estão funcionando.

O Sr. Lobão da Silveira — Muitos estão.

O SR. MENDONÇA CLARK — Agradeço o novo aparte do nobre Senador Mendonça Clark.

Declaro mais uma vez, Sr. Presidente, que estou esperando que a Assessoria desta Casa reconstitua o projeto para que eu o possa levar novamente à Câmara Federal. Desta vez o entregarei pessoalmente ao Deputado José Bonifácio e pedirei a S. Exa. que se esforce para evitar que novamente desapareça.

É um crime contra a Nação brasileira. Aqueles que dão sumiço a projetos, aqueles que não têm tempo para estudar proposições dessa natureza, que não têm elevação para perceber a importância da salvação da criança brasileira, é que poderão ser chamados de entreguistas, de traidores da pátria e outras coisas mais.

Ao que parece, a sina da criança brasileira é nascer para morrer sem sair da infância.

O Sr. Caiado de Castro — Dá V. Exa. licença para um aparte?

O SR. MENDONÇA CLARK — Com prazer.

O Sr. Caiado de Castro — Recordo-me perfeitamente do assunto, porque V. Exa. antes de apresentar a proposição teve a gentileza de me inteirar do seu teor. Fiquei encantado com a iniciativa do nobre colega, que mereceu meu integral apoio. Estranho, assim, a declaração de V. Exa. de que esse projeto desapareceu duas ou três vezes na outra Casa do Congresso. É realmente um crime, não só pela importância do projeto em si, como por se tratar de proposição aprovada pelo Senado que desapareceu na outra Casa do Congresso. Pergunto eu: não seria o caso de, após a terceira reconstituição do projeto, pedir-se uma providência à Mesa da Câmara? Alguém deve ser responsabilizado por esse crime. Será que o próprio Deputado que recebeu o projeto lhe deu sumiço, ou esse desaparecimento é da responsabilidade de um funcionário?

Quero crer que não tenha havido intenção, realmente, de fazer o projeto desaparecer para prejudicar a V. Exa., porque seria uma coisa tão pequenina, tão absurda, que devemos afastar a hipótese. Podemos acreditar — sim — que seja serviço mal organizado; caso contrário, como explicar tal procedimento? Será, Sr. Senador Mendonça Clark, que durante todo esse período o Relator foi sempre o mesmo?

O SR. MENDONÇA CLARK — Não sei.

O Sr. Caiado de Castro — Então, se outros Deputados receberam o projeto, podiam, muito bem, ter dado sumiço ao mesmo. Antes da reconstituição, poderíamos lançar um protesto contra esse processo. Um projeto é apresentado ao Senado, foi recebido com toda a simpatia pelos Srs. Senadores, estudado com carinho — pois me recordo perfeitamente do carinho com que foi recebido — é aprovado, vai à Câmara, e é extraviado três vezes. V. Exa. concordará comigo que é difícil de se compreender. Concordando mais uma vez com V. Exa. quero deixar aqui o meu protesto contra o que se está passando em relação a este projeto, e pedir à Mesa — já que vai examiná-lo pela terceira vez — que faça sentir à Câmara dos Deputados o que está acontecendo; alguém tem que ser responsabilizado por um fato desta natureza.

tecendo; alguém tem que ser responsabilizado por um fato desta natureza.

O SR. MENDONÇA CLARK — Agradeço o aparte do nobre Senador Caiado de Castro.

Devo esclarecer a S. Exa. que as informações de que o projeto foi extraviado, foram colhidas na Câmara dos Deputados. Quando procurei o projeto, que deveria se encontrar na última Comissão que o estudaria naquela Casa do Congresso, este já estava desaparecido. Não creio, absolutamente, que os relatores tenham sido os autores do extravio. Conheço um ou dois relatores que emitiram seus pareceres na Câmara dos Deputados, e sei que não são os culpados pelo extravio.

Desejo ler pela terceira vez, não por mim, mas em favor da criança brasileira, o Projeto nº 25-55, que tomou o nº 799-55 na Câmara dos Deputados, e pedir à Mesa, em caráter particular, que acompanhe o seu andamento. Certamente em Brasília, com a aproximação da Câmara e do Senado, terei maiores possibilidades de verificar o andamento do mesmo.

Refiro-me ao assunto, neste momento, para salvaguardar minha responsabilidade pessoal — filho que sou de um homem que dedicou toda a vida em favor da criança brasileira — na hora em que o "Correio da Manhã" critica as instituições públicas e as elites brasileiras, porque são as responsáveis pela falta de cuidado à criança brasileira.

Desejo, não só ressaltar a minha responsabilidade pessoal — repito — como a do Senado, em particular, porque o projeto foi aprovado e assinado por sessenta e três Srs. Senadores. Que seja melhorado na Câmara dos Deputados ou, mesmo, rejeitado, mas que seja estudado e discutido, porque dessa maneira talvez estejamos trabalhando para que a criança brasileira — via de regra a pobre — nasça para morrer ainda na infância. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a hora do expediente. Passa-se à

ORDEN DO DIA

Discussão preliminar (art. 285 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 1959, que concede isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro para o equipamento de um órgão litúrgico doado ao Colégio Santa Marcelina, do Rio de Janeiro, tendo Parecer (nº 501, de 1960), da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE:

— Sobre a mesa requerimento do nobre Senador Ruy Palmeira.

É lido e aprovado o seguinte

Requerimento n. 17, de 1961

Nos termos dos arts. 212, letra I, e 274, letra b, do Regimento Interno, requerio adiamento da discussão preliminar do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 1959, a fim de ser feita na sessão de 21 do corrente.

Sala das Sessões, 11 de janeiro de 1961. — Ruy Palmeira.

O SR. PRESIDENTE:

— De conformidade com o voto do Plenário, a matéria é retirada da pauta, para voltar à Ordem do Dia da sessão de 21 do mês em curso.

Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

O SENHOR SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. NOVAES FILHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, os empregados da Rede Ferroviária do Nordeste acham-se em greve. Indiscutivelmente resultarão graves prejuízos para a economia pernambucana, sobretudo por que nos encontramos na fase da colheita dos verdes canaviais da minha terra, ficando a açúcar sem transporte para a Capital do meu Estado além de vários outros produtos de primeira necessidade para o abastecimento do Recife.

Sr. Presidente, não cometerá a injustiça de me colocar em campo oposto às justas reivindicações dos ferroviários da minha terra. Considero um direito que lhes cabe o pagamento que a lei claramente lhes assegurou.

Dai por que venho a esta tribuna, como representante de Pernambuco, formular veemente apelo ao meu eminente amigo, Ministro Amaral Peixoto, a cujas altas qualidades de administrador jamais regateei aplausos, para que intervenha junto à Superintendência da Rede Ferroviária do Brasil, a fim de que os onerários da Rede Ferroviária do Nordeste sejam atendidos no seu justo pedido.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com muito prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — Junte às palavras de V. Exa. as expressões de solidariedade minhas e do nobre Senador Freitas Cavalcanti que, por estar muito ligado às reivindicações dos ferroviários, permaneceu no Rio de Janeiro, acompanhando a Comissão de representantes dessa classe, junto ao Superintendente da Rede Ferroviária Federal, a fim de assegurar o rápido reconhecimento do direito que lhes assiste.

O SR. NOVAES FILHO — Incorporo ao meu discurso o aparte do nobre representante das Alagoas.

Sr. Presidente, os empregados da Rede Ferroviária do Nordeste pautam sempre sua conduta dentro dos melhores princípios da disciplina e da hierarquia. Eu bem posso dar este testemunho porque, homem ligado às classes produtoras de Pernambuco, resido exatamente no município de Jaboatão, onde se concentra o maior número de empregados daquela empresa.

Devo adiantar à Casa que a impressão recolhida ao contato com eles é muito boa: são homens trabalhadores, ordeiros, que, mesmo como agora, no calor e na paixão do que reivindicam, não cometem atos capazes de merecer a censura de quem quer que seja.

A frente deles encontra-se um moço educado, equilibrado, de espírito justo, que é o Sr. Cláudio Braga.

De sorte que nós, pernambucanos, não temos razões senão para acompanhar, com nossa simpatia e apreço, o movimento deflagrado e em plena execução, nesta hora, pelos empregados da Rede Ferroviária do Nordeste.

O Sr. Caiado de Castro — Dá V. Exa. licença para um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com muito prazer ouvirei V. Exa.

O Sr. Caiado de Castro — Apesar de todos reconhecermos que essas movimentações grevistas, nesta fase, trazem prejuízos sérios, não podemos — e V. Exa. diz muito bem — negar apoio e simpatia a esses ferroviários, porque estamos sentindo que só recebem aquilo a que têm direito, mediante greve. Eles não estão pleiteando nada de novo, pleiteiam direito antigo, que a lei lhes concedeu e os chefes não querem reconhecer. Infelizmente, só mediante a greve, e mantendo a greve, é que os chefes reconhecem o direito que a lei conferiu aos seus empregados. Temos verificado este fato em vários outros setores. Há poucos dias, no Estado da Guanabara, acontece o mesmo em relação a Leopoldina: os diretores

só se decidiram a pagar aquilo a que os seus empregados tinham direito, por lei, quando estes ameaçaram entrar em greve. De maneira que eu queria, ao concordar com V. Exa., manifestar minha simpatia aos ferroviários de Pernambuco, aos quais também, de certo modo, estou ligado, porque, há tempos, quando servi no Estado de V. Exa., tive vários contatos com eles e pude, então, apreciar essas qualidades que V. Exa. tão justamente acaba de atribuir-lhes.

O SR. NOVAES FILHO — Sou muito grato à oportuna e valiosa intervenção do eminente colega Senador Caiado de Castro que, realmente, conhece a gente que trabalha na Rede Ferroviária do Nordeste, porque serviu na 7ª Região Militar, onde deixou as melhores impressões das suas qualidades de militar e, sobretudo, das suas grandes virtudes de brasileiro.

O Sr. Caiado de Castro — Muito obrigado.

O SR. NOVAES FILHO — Sr. Presidente, se considerarmos as dificuldades tremendas que, nesta hora, assaltam a todos quantos vivem de salários no Brasil, diante do exorbitante custo de vida que aí está inundando da inflação em que se debate o Brasil e sobre a qual tantas vezes tenho, desta Tribuna, im ocupado; e se considerarmos as circunstâncias especiais que existem no Nordeste — região batida por secas sucessivas, onde as condições de vida não apresentam facilidades de outras de regiões mais prósperas e felizes, pelo clima do nosso País — aí então, mais ainda se justifica o movimento do pessoal da Rede Ferroviária do Nordeste, não impondo pedidos absurdos, não pretendendo coisas indevidas, mas solicitando apenas o pagamento daquilo que a Lei lhe assegurou.

Espero que o eminente Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas não retarde as providências, para que sejam atendidos, como merecem, os empregados da R.F.N.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com muito prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — V. Exa. faz muito bem, e age acertadamente com seu espírito de solidariedade humana, defendendo os interesses dos empregados da Rede Ferroviária do Nordeste. Estou absolutamente convencido de que o Ministro Amaral Peixoto ouvirá os reclamos dos ferroviários da nossa região, através do seu brilhante e justo discurso. S. Exa. como Ministro de Estado, como homem público e como Chefe de um Partido, tem em grande apreço as reclamações apresentadas não só no Senado como na Câmara dos Deputados: dispensa a maior atenção às reivindicações formuladas da tribuna desta e da outra Casa do Congresso Nacional. Declaro-me inteiramente solidário com V. Exa. e dou-lhe os meus aplausos, como parabano e nordestino, na certeza de que o Sr. Amaral Peixoto tomará as providências em prol dos reclamos dos ferroviários do Nordeste.

O SR. NOVAES FILHO — Recebo com muito prazer o aparte do nobre representante da Paraíba, e mais ainda me sinto confiante nas providências do eminente Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, de vez que o Senador Ruy Carneiro, proferindo tais prestígio do P.S.D.

O Sr. Ruy Carneiro — Dos mais modestos.

O SR. NOVAES FILHO — ... acaba de afirmar que faz parte do programa do titular daquela Pasta atender com rapidez a essas justas reivindicações, sobretudo quando têm a ver com as Casas do Parlamento Nacional.

Sr. Presidente, é de inteira justiça a reclamação formulada pelos empregados da Rede Ferroviária do Nordeste, homens ordeiros, modestos

trabalhadores, que estão apenas pedindo aquilo que a Lei lhes deu.

Deixei esta tribuna, Sr. Presidente, certo de que aquela punhada de trabalhadores do Nordeste do Brasil será atendida pelas pedras compactantes. (Muito bem; muito bem!).

Durante o discurso do Sr. Novaes Filho, o Sr. Flinto Müller fez a proclamação, assinada por o Sr. Gilberto Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

Às 14 horas, a hora do Expediente. Pela palavra o Sr. e Senador Ruy Carneiro.

O SR. RUY CARNEIRO:

(Sua revisão do orador) — Sr. Presidente, minha presença na tribuna é apenas para fazer uma comunicação à Casa.

Recebi do Presidente da Câmara Municipal de Picuí, na Paraíba, mensagem de aplauso à ação do Congresso Nacional pela aprovação do projeto que federalizou a Universidade do Estado da Paraíba.

O Sr. Paulo e Passos, Presidente daquela Câmara de Vereadores, na zona do Cariri, envia, através do humilde representante da Paraíba, nesta Casa, os seus aplausos e agradecimentos ao Congresso Nacional, pela aprovação daquela lei.

Sr. Presidente, quando tramitou neste Casa o projeto de lei vindo da Câmara dos Deputados e por nós também aprovado, velha reivindicação da Paraíba, não tive oportunidade de fazer comentários a respeito de matéria de tanta relevância para nós. Achávamos em fim de sessão legislativa, e diante da urgência requerida pelo eminente Líder da Maioria, Sr. Auro de Moura Andrade. Tanto o Senador Argemiro de Figueiredo como eu, presentes à sessão trazíamos farto documentação sobre a relevância dessa proposição e o muito que aquela reivindicação representava para o Estado da Paraíba, pobre e pequeno. Tivemos de nos abster de grandes comentários para não prejudicar a sua aprovação.

Esse fato ocorreu no dia 7 de dezembro. Hoje recebo com satisfação esta mensagem do Presidente da Câmara Municipal de Picuí. Aproveito o ensejo para apresentar os nossos agradecimentos aos Senhores Senadores e Deputados que aprovaram aquela lei.

Diz o telegrama do Sr. Paulo e Passos:

"Comunico que a Câmara Municipal de Picuí aprovou hoje, por unanimidade de votos, o requerimento de aplausos ao Congresso Nacional, dando conhecimento ao Senado Federal por intermédio do eminente Senador paraibano pelo êxito obtido com a aprovação dessa matéria que foi a lei que federalizou a universidade de nossa querida Paraíba. Abraços. Paulo e Passos de Araújo, Presidente da Câmara de Vereadores".

Bou ciência ao Senado do agradecimento da Câmara de Vereadores de Picuí ao Congresso Nacional; juntando os meus agradecimentos, como paraibano, pelo grande benefício que representou a federalização da nossa Universidade. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão. Designo para a amanhã a seguinte:

1. Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 1956, de autoria do Sr. Senador João Villas-

bôas, que declara isentos de sanções disciplinares os militares reformados a os das Reservas das Forças Armadas, tendo pareceres contrários, sob os 401 e 402, das Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 16 horas e 5 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENADOR SENADOR NOVAES FILHO NA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS 21 HORAS, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1960, QUE SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. NOVAES FILHO:

(Vou ler revisado pelo orador) — Sr. Presidente, a imprensa carioca — tive já o ensejo de me referir ao assunto há alguns meses — vem-se ocupando de fatos que se alga estarem ocorrendo na zona rural pernambucana.

Assim eu — e hoje repito-o — que lamento muito estejam homens intencionalmente, jornalistas brilhantes, homens realmente membros da boa reputação que gozam na imprensa brasileira e também da admiração de muitos brasileiros, como eu, pelo seu talento e pela sua ilustração, estejam se dirigindo a Pernambuco, conduzidos pelas mãos suspeitas de certos agitadores, não para verem o meio rural da minha terra, mas para conhecer, apenas, algumas centenas de homens que se nucleiam em associações que agitam os meios rurais no meu Estado, numa propaganda tremenda, como se fosse Pernambuco um centro de trabalho onde homens desanimados, sem consciência e sem critério, dirigissem propriedades rurais.

Sr. Presidente, o que a História do Brasil nos ensina — e ninguém será capaz de contestar-me! — é que os homens da vida rural de Pernambuco, sobretudo os mais respeitáveis, aqueles que enriqueceram na cultura da terra, nunca se deixaram dominar pelos sentimentos de egoísmo; pelo contrário, defenderam sempre os melhores e os mais altos ideais em prol do Brasil e, sobretudo, das liberdades.

Ai está a Guerra da Restauração, da qual foram braço e cérebro os proprietários rurais da minha terra, que a financiaram; e graças àquele extraordinário movimento deixaram nos Guararapes o maior marco sem dúvida da nacionalidade, porque sem ele não teríamos, como temos, o mais belo espírito de unidade nacional.

Depois, Sr. Presidente, se lançarmos uma vista retrospectiva sobre os dias memoráveis da Abolição, veremos que foram os homens dos engenhos pernambucanos, homens nascidos e educados sob o regime da escravidão, especialmente os que nasceram nos famosos berços do ouro dos engenhos de Pernambuco, como Joaquim Nabuco e José Mariano Carneiro da Cunha, foram eles; que tudo deram e sacrificaram, que tudo fizeram pela libertação dos escravos. Pois bem, Sr. Presidente, uma terra, com esse magnífico passado, na defesa de grandes ideais, vê hoje, homens inteligentes e cultos, através das colunas de importantes órgãos da imprensa do Rio de Janeiro, apresentar a lavoura pernambucana como se fosse aquilo que algumas dezenas de agitadores pretendem que ela seja.

Já lancei desta tribuna o meu protesto, Sr. Presidente, e volto a fa-

zê-lo, em sã consciência, porque conheço bem a minha terra e os homens da vida rural de Pernambuco. Desafio que se encontre, em Pernambuco, agricultores ricos. Na minha terra há agricultores com propriedades hipotecadas e, se alguns as têm livres, e graças ao seu espírito parcimonioso, a vida simples e aos hábitos modestos do interior do Estado.

O Sr. Lima Teixeira — Da licença para um aparte?

O SR. NOVAES FILHO. — Com prazer.

O Sr. Lima Teixeira — Aproveito a oportunidade do seu discurso para falar-me a corrente de opinião que V. Ex. defende neste instante. Realmente, nas regiões Norte e Nordeste não existem ricos proprietários agrícolas. Há-os, sim, no Sul do País, especialmente em São Paulo; mas no Norte e Nordeste, principalmente, fazendeiros de cana de açúcar, não conheço nenhum rico. Alguns são independentes — e aqui me refiro à Bahia; mas conseguiram essa independência pelo trabalho e constante, residindo na propriedade, trabalhando-a com esforço e dedicação. Admitir, porém, a existência de fazendeiros ricos é baleia, pelo menos no Norte e Nordeste.

O SR. NOVAES FILHO. — Muito obrigado pela valiosa colaboração de V. Ex.

Sr. Presidente, toda essa atoarda se faz em torno de algumas poucas propriedades da zona canavieira de Pernambuco, cujos donos em vez de processarem as suas atividades agrícolas diretamente preferiram fazê-lo indiretamente, dividindo suas terras e arrendando-as a colonos.

Alguns agitadores sublevaram esses homens achando que não deviam mais pagar aquela renda combinada ao proprietário; mas, ao contrário, deviam reivindicar a sua posse, pela violência ou através de desapropriações por parte do Governo Estadual. É o que está ocorrendo em Pernambuco; mas não, Sr. Presidente, que os proprietários agrícolas da minha terra sejam esses algozes que alguns eminentes jornalistas estão apresentando, porque chegam a Pernambuco e não percorrem a zona rural, não entram em contato com os trabalhadores, não visitam propriedades, não procuram conhecer aquela assistência social que Pernambuco já ostenta para orgulho das suas tradições de humanidade, assistência médica, fornecimento de remédios, e quantas outras formas de ajuda para que as condições de vida dos meios rurais se tornem mais agradáveis; mas, ao contrário, limitam-se, chegando à minha terra, a entrar em contato apenas com essas dezenas de homens industriados por líderes inescrupulosos.

Sr. Presidente, peço ao Senado da República, Senado que admiro porque em verdade apesar dos dias nebulosos que o Brasil está vivendo esta Casa é uma casa bem organizada, porque aqui têm assento homens de todas as atividades, homens de todos os grupos sociais do Brasil, homens de diferentes setores de cultura, homens capazes de uma apreciação serena e justa dos anseios e dos acontecimentos que se desenrolam em nosso País.

Daí por que, Sr. Presidente, venho chamar a atenção do Senado para as condições de vida do Nordeste do Brasil, que de quando em quando é sacudido por aquelas secas tremendas que em poucos meses devoram tudo que os nordestinos puderam acumular, e é nessa zona onde está

encravado o meu querido e distante Pernambuco, que se deseja lavoura rica e trabalhadores prósperos. Estaco pequenino, dentro do polígono das secas, com uma população de quatro milhões e quarentos mil habitantes, possuindo bom parque industrial e uma lavoura progressista, a despeito dos obstáculos do clima, e no meu Estado, Sr. Presidente, que certos observadores apressados querem encontrar conseqüências de um meio rico, de abundância e opulência, quando a vida na região, pelas próprias condições ecológicas, só quer ser de privações.

Ja Gisse e repito que em todo o regime republicano, quando uniuões riquíssimas da Federação tem recebido ajudas vultosas do Governo Federal, Pernambuco conseguiu apenas, no governo do eminente Sr. Barbosa Lima Sobrinho, um emprestimo no Banco do Brasil irrisório, hoje ridículo, de cem milhões de cruzeiros.

Atente bem o Senado da República para as difíceis condições de vida em que se tem sempre encontrado a minha terra, que nem por isso desanima, nem desespera, ao contrário, não vive de mãos vazias nos quadros da Federação brasileira, porque é um dos maiores contribuintes do Erário Nacional.

Pernambuco vive, Sr. Presidente, para o esforço, para a tenacidade, revelando ao país inteiro um admirável espírito de organização, de sacrifício e de renúncia; e é sobre essa gente que hoje se atiram essas calúnias, essas falsas informações que tanto indignação me causa, a mim que tão de perto conheço as dificuldades e os sofrimentos dos agricultores da minha terra.

Nós nos apresentamos com tão alta dignidade nos quadros nacionais que ocultamos a nossa pobreza para não parecer que estamos mendigando auxílio dos nossos irmãos das regiões mais ricas do país.

Perdô-me o Senado a ênfase com que falo, mas é o desabafo de um homem que se revolta toda vez que ouve graves injustiças aos homens da vida rural a que pertence. Não pode haver esses monstros apontados a um povo como o de Pernambuco que escreveu as melhores páginas de nossa História, sem um só traço de egoísmo, sem defender seus próprios interesses, pois o pernambucano, até hoje, só tem defendido os grandes ideais da Coletividade.

Sr. Presidente, estas são palavras de um pernambucano que vê a injustiça clamorosa que se está fazendo a uma terra de tão nobres exemplos no passado como no presente, terra de trabalho, terra de tenacidade e de renovação agrícola. Pernambuco tem dado lições ao Brasil, no que diz respeito ao emprego de métodos modernos, tendo em vista tornar menos infértil as terras iníriatas do Nordeste.

Não se faça, pois, Sr. Presidente, injustiça aos agricultores de meu Estado, que tomam cinchito e altos juros, dinheiro caro e difícil, para investi-lo em suas lavouras; na análise não desejo de renovar os métodos agrícolas, através da irrigação, das sementes selecionadas, dos fertilizantes, visando não a que o melhor volume de produção nos enriqueça, mas que evite venhamos a perecer.

Sr. Presidente, terra que assim trabalha e assim se apresenta é terra de homens dignos de admiração, que não podem ser encarados como vêm sendo, falsa e injustamente! (Muito bem; Muito bem!).